

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TOCANTINS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Barrolândia/TO, por intermédio da Pregoeira e Agente de Contratação, conforme Decreto nº 004/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Ordinária Municipal nº 336/2025 e demais legislações aplicáveis ao objeto deste certame.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 18/03/2026 ÀS 08:30 HORAS
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: LICITANET - www.licitanet.com.br
MODO DE DISPUTA: Aberto

1 OBJETO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de material gráfico e contratação de serviços de comunicação visual, incluindo a confecção e instalação de painéis de fachada em lona, para atender às demandas do Município de Barrolândia – TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

1.2. A presente licitação compreende 60 (sessenta) itens, sendo adotado como critério de julgamento o menor preço por item, observadas as especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações constantes deste Edital e aquelas eventualmente lançadas no sistema LICITANET, prevalecerão as disposições do Edital e de seus Anexos.

1.4 A licitação será processada pelo **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Para os itens que envolvam prestação de serviços, especialmente instalação de painéis, fachadas e estruturas em lona, o regime de execução será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.6 O objeto compreende fornecimento de bens comuns e prestação de serviços comuns, sendo admitida sua contratação conjunta por guardarem compatibilidade técnica e operacional, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

2 DO VALOR ESTIMADO

2.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 230.334,90 (duzentos e trinta mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa centavos)**, apurado com base em **pesquisa de preços**

realizada pela Administração, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, conforme documentação constante do Processo Administrativo nº 129/2026.

2.2. Considerando-se tratar de **Sistema de Registro de Preços**, o valor indicado no item 2.1 possui caráter **meramente estimativo**, não constituindo obrigação de contratação integral, sendo os pagamentos devidos **limitados aos quantitativos efetivamente solicitados e fornecidos**, de acordo com as ordens de fornecimento emitidas pela Administração.

O valor é meramente estimativo, não obrigando a contratação integral, em razão da adoção do SRP.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1. Nesta licitação será firmada **Ata de Registro de Preços**, que constitui **documento vinculativo, obrigacional e com característica de compromisso para futura contratação**, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

3.2. A Ata de Registro de Preços terá **vigência de até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **vedada a sua prorrogação**, e durante esse período os preços registrados poderão ser utilizados pela Administração sempre que houver necessidade de contratação.

3.3. Poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para cada item, observada a ordem de classificação e os quantitativos máximos previstos no Termo de Referência.

Dos Órgãos Participantes e Não Participantes

3.4. O Município de Barrolândia – TO atuará como **órgão gerenciador** da Ata de Registro de Preços.

3.5. Consideram-se:

- **Órgão participante:** aquele que participa dos procedimentos iniciais da licitação e integra a ata;
- **Órgão não participante:** aquele que, não tendo participado da licitação, solicita adesão à ata, observadas as condições legais.

3.6. Os órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, desde que atendidos, cumulativamente:

- I – demonstração da vantagem da adesão;
- II – comprovação de que os preços registrados são compatíveis com os valores praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- III – prévia consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor registrado.

3.7. A autorização do órgão gerenciador somente será concedida após a anuência do fornecedor.

3.8. O órgão gerenciador poderá recusar adesões que possam comprometer a execução das contratações próprias ou a sua capacidade de gerenciamento da ata.

3.9. Após a autorização, o órgão não participante deverá formalizar a contratação em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

Dos Limites das Adesões

3.10. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos registrados

para cada item.

3.11. O quantitativo total decorrente das adesões não poderá exceder ao **dobro do quantitativo registrado** para cada item, independentemente do número de órgãos não participantes.

3.12. É vedado o acréscimo dos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

Da Justificativa para Adoção do SRP

3.13. O objeto desta licitação — **aquisição de materiais gráficos e contratação de serviços de comunicação visual, incluindo confecção e instalação de fachadas em lona** — enquadra-se nas hipóteses previstas no **art. 3º do Decreto nº 11.462/2023**, em especial por se tratar de demandas frequentes, com quantitativos variáveis e possibilidade de atendimento a mais de um órgão. Optou-se pelo critério de julgamento por menor preço por item em razão da diversidade dos produtos, da variação de demanda e da necessidade de ampliar a competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em itens específicos, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior **eficiência administrativa, economicidade, planejamento das contratações e ampliação da competitividade**, razão pela qual foi adotado neste certame.

3.15. A licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, por se tratar de objeto de natureza comum, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços para futuras contratações.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das **dotações orçamentárias próprias do Município de Barrolândia – TO**, consignadas no orçamento vigente, as quais serão indicadas por ocasião da formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, nos termos do **art. 7º, §2º, da Lei nº 14.133/2021**.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA/FONTE
03.03.04.122.2.2.011	33.90.30/33.90.39/1.500.0000.000000
07.20.12.122.2.2.069	33.90.30/33.90.39/1.500.0000.000000
06.17.08.122.31.2.101	33.90.30/33.90.39/1.500.0000.000000
05.15.10.301.27.2.040	33.90.30/33.90.39/1.500.0000.000000
05.15.10.301.26.2.045	33.90.30/33.90.39/1.500.0000.000000

5. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico **pessoas físicas ou pessoas jurídicas**, inclusive Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujo ramo de atividade ou atuação seja compatível com o objeto desta licitação, nos termos da legislação vigente.

5.2. O credenciamento é realizado **diretamente pelo licitante no sistema**, mediante cadastro eletrônico, nos termos e condições estabelecidos pelo provedor da plataforma.

5.3. O credenciamento no sistema implica a **responsabilidade legal do licitante e de seu representante** pelas transações realizadas, bem como a presunção de sua capacidade para

operar o sistema eletrônico.

5.4. O licitante será **integralmente responsável por todas as operações efetuadas em seu nome** no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, ainda que realizados por seu representante.

5.5. O acesso ao sistema eletrônico será feito mediante **login e senha de uso pessoal e intransferível**, de responsabilidade exclusiva do licitante.

5.6. É de responsabilidade do licitante manter **o sigilo de sua senha**, bem como zelar pela correta utilização de seu credenciamento, não cabendo à Administração ou ao provedor do sistema responder por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais.

5.7. O licitante deverá manter **seus dados cadastrais atualizados** no sistema eletrônico, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correção de qualquer informação incorreta ou desatualizada.

5.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **dificuldades na habilitação ou no recebimento de comunicações oficiais**, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Edital.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Os licitantes deverão estar devidamente cadastrados no **sistema LICITANET**.

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.2.1. aqueles que não atendam às condições deste Edital e de seus Anexos;

6.2.2. o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de licitar ou contratar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta;

6.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante, bem como pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, possua vínculo com agente público que atue na licitação, na

fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O impedimento de que trata o item 6.2.4 aplica-se também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

6.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.2.2 e 6.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento, execução da licitação ou gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos.

6.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.6. O disposto nos itens 6.2.2 e 6.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviços que incluam, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades.

6.8. A vedação prevista no item 6.2.8 estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.9. Não poderão participar da licitação empresas cujos sócios ou dirigentes exerçam mandato eletivo que gere impedimento constitucional, nos termos dos arts. 29, IX, e 54, I, “a”, e II, “a”, da Constituição Federal.

7 DA PREFERÊNCIA PARA FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS LOCAIS

7.1. Nos termos da **Lei Municipal nº 336** e em conformidade com os princípios da isonomia, da competitividade e do julgamento objetivo previstos nos **arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021**, será assegurada **preferência de contratação aos fornecedores e prestadores de serviços sediados no Município**, desde que suas propostas atendam integralmente às exigências deste Edital.

7.2. A preferência de que trata este Capítulo será aplicada **exclusivamente como critério de desempate ou como margem de preferência**, não podendo, em nenhuma hipótese, **restringir a participação** de licitantes sediados em outros Municípios, Estados ou da Federação.

7.3. Considera-se **fornecedor ou prestador local** aquele que possua **estabelecimento, filial, sede administrativa ou sede operacional no território do Município**, devidamente comprovado por meio de **CNPJ ativo e cadastro municipal vigente** até a data da sessão pública do pregão.

7.4. Havendo **empate** entre propostas, ou quando a proposta de fornecedor ou prestador local estiver situada **dentro da margem de até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta classificada, será assegurado ao licitante local o **direito de preferência** para, querendo, **cobrir a melhor proposta**, nos termos e prazos definidos no sistema eletrônico.

7.5. O exercício do direito de preferência observará rigorosamente os princípios da **transparência, publicidade, igualdade de condições, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa**, conforme dispõe o **art. 11 da Lei nº 14.133/2021**.

7.6. A aplicação da preferência prevista neste Capítulo **não afasta** a obrigatoriedade de que a proposta vencedora seja a **mais vantajosa para a Administração**, consideradas as condições de **preço, qualidade, prazo e demais requisitos** estabelecidos neste Edital.

7.7 A aplicação da preferência observará estritamente os princípios da isonomia e da ampla competitividade, sendo vedada qualquer forma de restrição territorial.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, a **proposta de preços** e os **documentos de habilitação** exigidos neste Edital.

8.2. O envio da proposta e dos documentos será realizado mediante **login e senha**, sendo de inteira responsabilidade do licitante as informações prestadas.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

I – que cumpre os requisitos para a habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

II – que está ciente e concorda com as condições do Edital e de seus Anexos;

III – que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;

IV – quando for o caso, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

V – quando organizado em cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Até a abertura da sessão pública, o licitante poderá **retirar ou substituir** a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.5. Não haverá ordem de classificação na fase de envio das propostas, a qual ocorrerá somente após a etapa de lances e julgamento.

8.6. Durante a fase de disputa, os licitantes poderão encaminhar lances, observadas as regras do sistema eletrônico.

8.7. O sistema poderá permitir a definição de **valor mínimo ou percentual máximo de desconto**, observadas as regras operacionais da plataforma.

8.8. Os documentos de habilitação e a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para análise do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

8.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que contenha alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

I – **valor unitário do item**;

II – **marca**, quando aplicável;

III – **fabricante**, quando aplicável;

IV – **descrição do objeto**, contendo informações compatíveis com as especificações constantes do **Termo de Referência (Anexo I)**.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta **vinculam o licitante**.

9.3. Nos valores propostos deverão estar **inclusos todos os custos** diretos e indiretos, tais como encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros necessários à perfeita execução do objeto.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. A proposta deverá ter **validade mínima de 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

9.6. Quando o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação do preço, a **média dos recolhimentos efetivos**.

9.7. Independentemente do percentual de tributos inserido na proposta, quando do pagamento serão efetuadas as **retenções tributárias previstas na legislação vigente**.

9.8. A apresentação da proposta implica o **compromisso do licitante** em cumprir integralmente as condições do Termo de Referência, fornecendo os materiais e prestando os serviços nos padrões, prazos e condições exigidos.

9.9. Os licitantes deverão observar, quando aplicável, os **preços máximos estabelecidos em normas de regência das contratações públicas**.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá por meio de sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicados neste Edital.

10.2. O Pregoeiro procederá à análise das propostas iniciais, desclassificando, de forma fundamentada, aquelas que:

I – não atendam às exigências deste Edital e de seus anexos;

II – apresentem vícios insanáveis;

III – estejam em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

IV – contenham identificação do licitante nos campos próprios do sistema.

10.2.1. A desclassificação será registrada no sistema, com a devida motivação, sendo acompanhável em tempo real.

10.2.2. A classificação preliminar não impede o julgamento definitivo da proposta na fase de aceitação.

10.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas.

10.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, que participarão da fase de lance.

10.5. Da etapa de lances

10.5.1. Iniciada a fase competitiva, os licitantes apresentarão lances exclusivamente pelo sistema eletrônico.

10.5.2. Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do item.

10.5.3. O licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ele registrado.

10.5.4. O intervalo mínimo entre os lances será:
I – 3 (três) segundos entre lances de licitantes distintos;
II – 20 (vinte) segundos entre lances do mesmo licitante.

10.5.5. A diferença mínima entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo).

10.5.6. O modo de disputa será **ABERTO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.5.7. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada por 2 (dois) minutos sempre que houver lance nos últimos dois minutos.

10.5.8. A prorrogação ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances.

10.5.9. Encerrada a etapa, o sistema divulgará a classificação provisória.

10.6. Do julgamento e desempate

10.6.1. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**.

10.6.2. Em caso de empate, será observada a ordem prevista no art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

I – realização de disputa final;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

III – desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV – desenvolvimento de programa de integridade;

V – sorteio.

10.7. Do tratamento favorecido às ME e EPP

10.7.1. Será assegurado o tratamento diferenciado previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.7.2. Considerar-se-ão empatadas as propostas apresentadas por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superiores à melhor classificada.

10.7.3. A ME ou EPP melhor classificada nessa condição poderá apresentar nova proposta inferior à primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema.

10.7.4. O não exercício desse direito no prazo implicará decadência do benefício.

10.8. Da negociação

10.8.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante melhor classificado visando à obtenção de melhor preço.

10.8.2. A negociação ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.9. Da aceitação da proposta

10.9.1. O licitante melhor classificado deverá encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance.

10.9.2. O Pregoeiro procederá à análise da aceitabilidade da proposta.

11. DO JULGAMENTO, ACEITAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua aceitabilidade.

11.2. A proposta será analisada quanto:

I – à conformidade com o objeto;

II – às especificações do Termo de Referência;

III – à compatibilidade do preço com o mercado e com o valor estimado.

11.3. Será desclassificada a proposta que:

I – contenha vícios insanáveis;

II – não atenda às especificações técnicas;

III – apresente preço manifestamente inexequível ou incompatível com o mercado;

IV – não demonstre sua viabilidade quando solicitada.

11.4. Da análise de exequibilidade

11.4.1. A inexequibilidade será apurada mediante diligência, considerando custos, mercado, tecnologia, produtividade e demais fatores que demonstrem a viabilidade da execução.

11.4.2. Somente será declarada a inexequibilidade quando, após diligência, restar comprovada a impossibilidade de execução pelo valor ofertado.

11.5. Das diligências

11.5.1. O Pregoeiro poderá promover diligências para esclarecer ou complementar informações, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente da proposta.

11.6. Da habilitação

11.6.1. Aceita a proposta, será verificada a habilitação do licitante vencedor, mediante consulta aos cadastros oficiais e apresentação da documentação exigida neste Edital.

11.6.2. Serão consultados, no mínimo:

I – CEIS;

II – CNEP;

III – CNPJ;

IV – SICAF ou sistema equivalente, como meio de comprovação.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Regras gerais

12.1.1. Para fins de habilitação serão exigidos apenas os documentos necessários e suficientes, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, observada a fase procedimental da licitação.

12.1.2. A comprovação da habilitação poderá ser realizada por meio do SICAF ou sistema equivalente, quando disponível, sem prejuízo da apresentação de documentos complementares exigidos neste Edital.

12.1.3. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico, somente pelo licitante provisoriamente vencedor, após o encerramento da fase de lances, no prazo definido pelo pregoeiro.

12.2. Documentos exigidos na FASE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS)

Na fase inicial da licitação, não será exigido envio de documentos físicos ou digitalizados, devendo o licitante declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

- I – cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- II – conhece e aceita integralmente as condições do Edital e de seus Anexos;
- III – sua proposta contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- IV – não se encontra em situação de impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- V – quando for o caso, enquadra-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da LC nº 123/2006.

12.3. Documentos exigidos na FASE DE HABILITAÇÃO (LICITANTE VENCEDOR)

12.3.1. Habilitação Jurídica

- I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com todas as alterações ou consolidação;
- II – no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- III – no caso de pessoa física, documento oficial de identificação com foto e CPF;
- IV – prova de poderes de representação do signatário da proposta, quando for o caso.

12.3.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- I – prova de inscrição no CNPJ ou CPF;
- II – prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- III – prova de regularidade relativa ao FGTS;
- IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- V – prova de inexistência de débitos trabalhistas, mediante apresentação de CNDT.

12.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- I – certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;
- II – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, dispensado para microempresas e empresas de pequeno porte, quando permitido pela legislação.

12.3.4. Qualificação Técnica

- I – atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de fornecimentos ou serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da licitação;
- II – para os itens que envolvam instalação de painéis, fachadas, lonas ou estruturas em altura, comprovação de que a licitante dispõe de equipe técnica capacitada para trabalho em altura, nos termos da NR-35, mediante:
 - a) declaração formal da licitante;
 - b) certificados de capacitação dos profissionais envolvidos.
- III – a exigência prevista no inciso II aplica-se exclusivamente aos itens que demandem instalação em altura, não se estendendo aos itens de fornecimento simples.
- IV – não será exigido registro em conselho profissional ou apresentação de ART/RRT, por não se tratar de atividade privativa de profissão regulamentada.

12.4. Documentos exigidos na FASE DE CONTRATAÇÃO

Após a homologação e antes da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o adjudicatário deverá apresentar, quando solicitado:

- I – comprovação de manutenção das condições de habilitação;
- II – dados bancários para pagamento;
- III – declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo;
- IV – documentos complementares necessários à formalização do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

12.5. Disposições finais sobre a habilitação

12.5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, ainda que contenha restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, sendo assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

12.5.2. A ausência de documento exigido ou a apresentação em desconformidade poderá ensejar a inabilitação do licitante, observado o direito à diligência previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL

13.1. Encerrada a fase de negociação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por decisão do Pregoeiro, a **proposta final ajustada ao último lance ofertado**.

13.2. A proposta deverá conter, no mínimo:

- I – descrição completa do objeto;
- II – marca, modelo e fabricante, quando aplicável;
- III – valor unitário e total do item;
- IV – prazo de validade da proposta.

13.3. A proposta deverá observar o modelo do **Anexo II**.

13.4. Todas as condições e especificações constantes da proposta vincularão a contratada durante toda a execução do contrato.

13.5. A proposta será considerada parte integrante do processo administrativo e do contrato.

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Declarado o vencedor, será concedido prazo mínimo de **30 (trinta) minutos** para que qualquer licitante manifeste, de forma motivada, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

14.3. Admitida a intenção, o recorrente terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar suas razões.

14.4. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de **03 (três) dias úteis**.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato, que poderá reconsiderá-lo em até **03 (três) dias úteis**, ou encaminhá-lo à autoridade superior.

14.6. O recurso terá **efeito suspensivo**, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

14.7. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos que não puderem ser aproveitados.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta quando:

- I – houver provimento de recurso que implique a invalidação de atos;
- II – o licitante vencedor não assinar o contrato ou não regularizar sua situação fiscal, quando aplicável.

15.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados pelo sistema eletrônico.

16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 Encerradas as fases de julgamento, habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação do certame, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, sendo realizada a contratação, será formalizado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 A formalização ocorrerá, preferencialmente, por meio de assinatura eletrônica ou digital, admitidos os meios legalmente válidos.

17.3 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, para assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente (nota de empenho, autorização de fornecimento ou carta contrato), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais.

17.4 A aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente implica o reconhecimento de que:

I – o referido instrumento substitui o contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
II – a contratada se vincula integralmente à sua proposta, ao edital e aos seus anexos;
III – aplicam-se à relação contratual as hipóteses de extinção previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.5 Quando formalizado Termo de Contrato, este terá vigência de até **12 (doze) meses**, admitidas prorrogações nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e vantajosidade econômica.

17.6 Previamente à contratação, o Município de Barrolândia-TO realizará consulta ao **CEIS e ao CNEP**, para verificação de impedimentos à contratação, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

17.7 A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

17.8 Caso o vencedor não comprove as condições de habilitação ou se recuse a assinar o contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

17.9 Na hipótese de frustração da contratação, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes para contratação nas condições do licitante vencedor, nos termos do §2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

18. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 O objeto será considerado definitivamente recebido após verificação de sua conformidade com as especificações do edital e do termo de referência.

18.3 Verificada qualquer irregularidade, a contratada será notificada para sanar as falhas no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.

18.4 Compete ao fiscal do contrato:

I – acompanhar e fiscalizar a execução;
II – atestar as notas fiscais como condição para pagamento;
III – comunicar à Administração qualquer descumprimento contratual.

18.5 O modelo de gestão do contrato observará o disposto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao fiscal designado acompanhar a execução, registrar ocorrências, propor penalidades e atestar o recebimento.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e no Contrato, em conformidade com os arts. 92 e 115 da Lei nº 14.133/2021.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 Constituem infrações administrativas:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- V – apresentar documentação falsa;
- VI – praticar ato fraudulento;
- VII – comportar-se de modo inidôneo;
- VIII – praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

20.3 Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – ADVERTÊNCIA

Aplicável exclusivamente nas hipóteses de infração leve (inciso I), quando não se justificar penalidade mais grave.

II – MULTA

a) Moratória:

0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 20 dias.

b) Compensatória por Inexecução Parcial:

10% sobre o valor da parcela não executada.

c) Compensatória por Inexecução Total:

15% sobre o valor total da contratação.

d) Para infrações previstas nos incisos V a VIII:

10% sobre o valor atualizado do contrato.

III – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Até 3 anos, nas hipóteses dos incisos II, III, IV, V e VII, quando não couber penalidade mais grave.

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

De 3 a 6 anos, nas hipóteses dos incisos V, VI, VII e VIII, quando caracterizada gravidade relevante.

20.4 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

20.5 Antes da aplicação de qualquer penalidade será assegurado prazo de 15 dias úteis para defesa.

20.6 A aplicação observará:

- gravidade da infração;
- dano causado;
- reincidência;
- vantagem auferida;
- circunstâncias agravantes ou atenuantes.

20.7 Não haverá cumulação de multas pelo mesmo fato gerador.

20.8 As sanções serão registradas no CEIS e CNEP.

20.9 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

21. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

21.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

21.2 A resposta às impugnações e aos pedidos de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial e no sistema eletrônico utilizado, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma LICITANET.

21.4 As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos do certame, salvo decisão motivada do agente de contratação.

21.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser devidamente fundamentada nos autos do processo de licitação.

21.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações vincularão os licitantes e o Município de Barrolândia – TO.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata, que será divulgada no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário pelo agente de contratação.

22.3 Todas as referências de horário no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas deste Edital serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Barrolândia – TO qualquer responsabilidade por tais custos, independentemente do resultado do certame.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente no Município de Barrolândia – TO.

22.9 O descumprimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no sítio oficial do Município de Barrolândia – TO e no Portal LICITANET.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

I – Termo de Referência;

II – Modelo de Proposta Comercial;

III – Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando aplicável;

IV – Declaração de elaboração independente de proposta, nos termos da legislação vigente;

V – Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

VI – Declaração de cumprimento do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;

VII – Declaração de atendimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável;

VIII – Declaração de inexistência de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública;

IX – Declaração de que não utiliza, em sua cadeia produtiva, trabalho degradante ou em condições análogas à de escravo;

X – Declaração de que não mantém vínculo societário ou funcional com agente público que atue direta ou indiretamente na presente licitação, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XI – Minuta do Contrato;

XII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

BARROLÂNDIA –TO, 03 de março de 2026.

Keury Juliana Nunes da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MODELO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL
(a ser apresentada apenas pelo licitante vencedor, após a fase de lances)

AO MUNICIPIO DE BARROLÂNDIA – TO

Objeto: Aquisição de _____, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026 e seus anexos.

Apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL FINAL, em conformidade com o último lance ofertado e com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

(_____)		Pessoa	Jurídica
Razão Social:	_____		
CNPJ:	_____		
Inscrição Estadual (se houver):	_____		
(_____)		Pessoa	Física
Nome Completo:	_____		
CPF:	_____		
Endereço:	_____		
Telefone:	_____		
E-mail:	_____		
Dados bancários		para	pagamento:
Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____			

2. PREÇOS

Os preços estão ajustados ao último lance ofertado no sistema eletrônico:

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor	Global	da	Proposta:	R\$	_____
(_____)					

3. CONDIÇÕES GERAIS

Declaramos que:

- a) Conhecemos e aceitamos integralmente os termos do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos;
- b) Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- c) As especificações ofertadas atendem integralmente às exigências do Edital;

d) Esta proposta vincula esta empresa durante toda a execução contratual.

4. PRAZO DE GARANTIA

Garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo dos bens pela Contratante.

1. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Conforme disposto no Termo de Referência e no Edital.

2. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação no sistema eletrônico.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

Nome: _____

Cargo: _____

MODELOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 005/2026, sob as penas da lei, que:

- ✓ Enquadra-se como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- ✓ Atende integralmente aos requisitos legais para fruição do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- ✓ Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Declara, ainda, que está ciente de que a prestação de informação falsa poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Local e data: _____

Nome do representante legal: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E CONFORMIDADE COM A LEI ANTICORRUPÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- I – A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, sem comunicação, acordo, ajuste ou influência de qualquer outro licitante;
- II – Não tentou influenciar a decisão de qualquer outro licitante ou agente público;
- III – O conteúdo da proposta não foi divulgado antes da abertura oficial;
- IV – Atua em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e com a Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e data: _____

Assinatura:
Nome e CPF do representante legal

MODELO
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaramos que a empresa _____, CNPJ nº _____, está ciente e concorda integralmente com as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026 e seus anexos, e que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução do objeto.

Local _____ e data: _____

Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026.

Local e data: _____

Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Declaramos que cumprimos a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e data: _____

Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaramos que não existem fatos impeditivos à nossa habilitação no Pregão Eletrônico nº 005/2026.

Local e data: _____

Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE TRABALHO DIGNO

Declaramos que não utilizamos trabalho degradante ou forçado em nossa cadeia produtiva,

conforme Constituição Federal.

Local e data: _____

Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR

Declaramos que não empregamos menores em condições vedadas pela legislação trabalhista.

Local e data: _____

Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público.

Local e data: _____

Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO

Declaramos que não há, em nosso quadro societário ou funcional, agente público do Município de Barrolândia -TO.

Local e data: _____

Assinatura: _____

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
PROCESSO Nº 199/2026

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, **jurídica**, inscrita no CPF ou CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de material gráfico, conforme especificações e quantitativos definidos no Pedido de Fornecimento emitido pelo CONTRATANTE, decorrente da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, originada do Pregão Eletrônico nº ____/2026.
- 1.2. O fornecimento ocorrerá sob demanda, inexistindo obrigação de consumo mínimo pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

- 2.1. O valor deste contrato corresponderá exclusivamente aos quantitativos efetivamente solicitados e fornecidos, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços nº ____/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o término da vigência da Ata de Registro de Preços da qual decorre, vedada qualquer prorrogação além desse limite, nos termos do art. 84, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

- 4.1. O fornecimento dos materiais será realizado mediante ordem de fornecimento, expedida pelo CONTRATANTE.
- 4.2. O prazo de entrega será o previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado somente após o recebimento definitivo dos materiais e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da liquidação da despesa.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços são os registrados na Ata e somente poderão ser reajustados nos termos e prazos nela previstos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do contrato será fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. As obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE são aquelas previstas no Edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. Aplicam-se ao presente contrato as sanções previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO

10.1. O presente contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

11.1. O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, à Ata de Registro de Preços nº ____/2026 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Miranorte – TO para dirimir eventuais controvérsias.

BARROLÂNDIA - TO, _____ de ____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

**ANEXO XIV-
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º
PROCESSO N.º 199/2026
PREGÃO ELETRÔNICO XXXX/XXX**

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o N.º 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, S/N, Centro, Barrolândia, TO, neste ato representado por seu atual Prefeito Municipal, João Machado Alves, brasileiro, casado, agente político, portador do RG XXXXX SSP/TO e CPF n.º. XXXXXXXX, residente e domiciliado em Barrolândia/TO, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro dos preços dos fornecedores habilitados para futura contratação e contratação de serviços de comunicação visual (instalação de painéis de fachada em lona), para atender às demandas do Município de Barrolândia – TO onforme condições, especificações e quantitativos constantes do **Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/2026**, que integra esta Ata, assim como as propostas dos fornecedores registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador da presente Ata é o Município de Barrolândia – TO.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)

4.1 Durante a vigência desta Ata, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta que não tenham participado do procedimento licitatório poderão aderir à Ata, mediante prévia anuência do órgão gerenciador e do fornecedor registrado, desde que demonstrada a vantagem da adesão e a compatibilidade dos preços com o mercado, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 A autorização do órgão gerenciador somente será concedida após a aceitação formal do fornecedor.

4.3 O órgão gerenciador poderá recusar adesões que possam comprometer a execução das contratações próprias ou sua capacidade de gerenciamento.

4.4 O órgão não participante deverá formalizar a contratação decorrente da adesão no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da autorização, observado o prazo de vigência da Ata.

4.5 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitada a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA ADESÕES

5.1 As contratações decorrentes de adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados para cada item.

5.2 O somatório das adesões não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e participantes, independentemente do número de aderentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS

6.1 É vedado o acréscimo dos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA

7.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, vedada qualquer prorrogação, nos termos do art. 84, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

8.1 As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas por ordem de fornecimento ou contrato administrativo, conforme o caso, respeitada a vigência da Ata.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas hipóteses previstas na Lei nº

14.133/2021 e no edital.

Barrolândia – TO, xx de XXXXXXXXXX de 2026.

Órgão gerenciador

Fornecedor